

STF deve ter cuidado ao interferir no impeachment, diz ministro

Para o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, a corte deve ser cuidadosa ao interferir no processo de tramitação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Segundo ele, essa cautela é necessária, pois o tema tem natureza política.

Ueslei/SCO/STF



Decisão de Fachin foi "inusual", disse Gilmar Mendes.
Ueslei/SCO/STF

“Devemos ter muito cuidado na intervenção nesse tipo de matéria, para não virarmos uma casa de suplicação geral. Os temas têm que ser encaminhados no âmbito do Congresso. O tema é centralmente político e precisa assim ser tratado. Assim foi no caso [do *impeachment* do ex-presidente Fernando] Collor. O tribunal foi extremamente moderado na intervenção, porque entendia que a matéria era decisivamente política”, afirmou nesta quinta-feira (10/12).

Gilmar Mendes também falou sobre o voto proferido pelo ministro Edson Fachin, na quarta-feira (9/12), quando afirmou que proporá o rito a ser seguido pelo Congresso no processo de *impeachment*. “Se, de fato, ele vai propor uma legislação sobre o *impeachment*, é algo inusual, para dizer o mínimo. Até porque essa lei já foi considerada recepcionada no caso Collor, que levou à cassação de um presidente da República. Mas esperemos.”

Na próxima quarta-feira (16/12), o STF analisará a validade da Lei 1.079/50, que regulamenta as normas de processo e julgamento do *impeachment*. A legalidade da norma foi questionada pelo PCdoB, que conseguiu uma liminar na corte para suspender a tramitação do procedimento.

Nesta quinta, Fachin voltou a defender que as regras de tramitação devem ser julgadas para evitar a judicialização e dar estabilidade às próximas etapas do *impeachment*. De acordo com ele, três frentes têm de ser definidas.

Reprodução



Para Fachin, STF precisa definir as regras.

"Primeiro, o que se passou até agora, o Supremo entende que foi feito em termos de adequação constitucional? Uma segunda questão que o Supremo precisa definir é o critério para a escolha da comissão [do *impeachment*]. Precisa dizer: ou é secreta ou aberta, não tem muito segredo em relação a isso. E a terceira frente são os outros passos, porque há outras dúvidas. Por exemplo, em que momento o ocupante da Presidência da República será suspenso de suas funções?", disse Fachin.

Decisão rápida

Também nesta quinta, o ministro Marco Aurélio, do STF, disse que a corte não fixará critérios sobre o procedimento de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no Congresso e defendeu uma decisão rápida do colegiado. Para acelerar a votação, Fachin deverá distribuir seu voto aos demais ministros 24 horas antes da sessão.

Valter Campanato / Agência Brasil

Valter Campanato / Agência Brasil



Marco Aurélio disse que decisão da corte tem de ser rápida.

Segundo Marco Aurélio, o tribunal decidirá qual norma deve prevalecer na tramitação do processo. "A inicial [petição] é muito séria, e não se pede que o Supremo fixe critérios, não é isso. O Supremo vai sopesar a Constituição, Lei 1.079 e Regimento Interno [da Câmara] e revelar o que prevalece. Nós não estaremos legislando, nós estaremos definindo a supremacia da Constituição Federal", avaliou.

Nelson Jr./SCO/STF



Barroso diz que STF "deve tirar esse problema do seu colo".

O ministro Luis Roberto Barroso também defende que a corte seja rápida na decisão sobre qual norma deve prevalecer. "A minha posição é que o Supremo deve tirar esse problema do seu colo o mais rapidamente possível, definir as regras do jogo e devolver para a política, onde essa matéria deve ser decidida. Quanto a mim, eu diria que a maior celeridade possível é o desejável nesse caso", disse. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

10/12/2015